



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

616 A

Processo nº : 10166.007875/2003-54

Recurso nº : 125.513

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS

Recorrida : DRJ em Brasília - DF

## RESOLUÇÃO Nº 202-00.946

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A – ELETROBRÁS.

RESOLVEM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência,** nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2006.

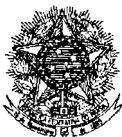
Antonio Carlos Atulm

**Presidente**

Dalton Cesar Cordeiro de Miranda

**Relator**

Participaram, ainda, da presente resolução os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Gustavo Kelly Alencar, Antonio Zomer, Raimar da Silva Aguiar, Ana Maria Barbosa Ribeiro (Suplente) e Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

FL.

627

**Processo nº : 10166.007875/2003-54**  
**Recurso nº : 125.513**

**Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS**

## RELATÓRIO

Do Auto de Infração de fls. 13 a 16 e a bem parcialmente relatar a discussão destes autos, destaco:

*"Em procedimento fiscal de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte supracitado, foram apuradas infrações abaixo descritas, aos dispositivos legais mencionados.*

**001 – COFINS**

**DIFERENÇA APURADA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O VALOR DECLARADO/PAGO – COFINS (VERIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS)**

*Em 16.12.2002, iniciou-se a ação fiscal nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – determinando o Mandado de Procedimento Fiscal a verificação da correspondência entre os valores declarados e os valores apurados, pelo sujeito passivo em sua escrita contábil e fiscal em relação aos tributos e contribuições administrados pela SRF, nos últimos 05 (cinco) anos, (fls. 17).*

*Em 17.03.2003, intimou-se a Fiscalizada a apresentar Quadro Demonstrativo Analítico da Receita Bruta às Receitas consideradas isentas e como outras exclusões na DIPJ, na apuração mensal da base de cálculo da COFINS e do PIS/PASEP, (fls. 21 a 52).*

*Em 13.06.2003, expediu-se intimação à Empresa com vista a esclarecer os fundamentos legais para as exclusões diferenciadas na apuração da base de cálculo da COFINS em relação ao PIS/PASEP, registradas no seu Quadro Demonstrativo Analítico da Receita Bruta às Receitas consideradas isentas e como outras exclusões na apuração mensal de jan/1998 a nov/2002, (fls. 53).*

*Em 24.06.2003, pelo expediente CTA-PRB-0154/2003, a ELETROBRÁS justifica-se para as exclusões praticadas na determinação da base de cálculo da COFINS reproduzindo parte do artigo XII, alínea "b" do Tratado Brasil-Paraguai, objeto do Decreto Legislativo n. 23, de 30.05.73: - "não aplicação de impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas, e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais ITAIPU seja parte;" e citando também Ato Declaratório n. 147, de 29.07.94, do Coordenador-geral do Sistema de Tributação " – Declara: 2 – Não incide a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS, instituída pela Lei Complementar n. 70, de 30.12.91, sobre o faturamento proveniente de venda de materiais e equipamentos, bem como da prestação de serviços decorrentes dessas operações, desde que efetuadas diretamente à Itaipu Binacional."; e finalmente o teor do artigo único do Ato Declaratório SRF n. 74 de 10.08.99, - "Não incidem as contribuições de que trata o art. 2º da Lei n. 9.718, de 27.11.98, sobre o faturamento correspondente a vendas de materiais e equipamentos, bem assim da prestação de serviços decorrentes dessas operações, efetuadas diretamente à Itaipu Binacional.", fls. (54 a 64).*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

618 A

**Processo nº : 10166.007875/2003-54**  
**Recurso nº : 125.513**

*Cabe registrar que as receitas obtidas pela Empresa não são vinculadas a operações abrangidas pela natureza daquelas inseridas no contexto dos atos citados anteriormente conforme se apurou das informações prestadas pela ELETROBRÁS, (fls. 26 a 30 e 63 a 64).*

*Assim, o crédito tributário apurado em favor da Fazenda Nacional fundamentou-se no artigo 3º da Lei n. 9.718, que estabelece: ... .*

*Dessa forma, constatou-se nesta verificação serem indevidas as exclusões da base de cálculo para a COFINS, feitas das Receitas de Financiamentos, Empréstimos e Repasses à Itaipu, Receitas de Variação Cambial Itaipu Binacional, por não se tratarem de vendas de materiais e equipamentos, bem assim da prestação de serviços decorrentes dessas operações, efetuadas diretamente à Itaipu Binacional, conforme o estabelecido pela Lei n. 9.718/98 e no Ato Declaratório SRF n. 74/99, ... .”*

A interessada, com sua tempestiva impugnação de fls. 69 e seguintes, argumenta em apertada síntese que:

- (i) excluiu da base de cálculo as receitas originárias de contratos financeiros celebrados com Itaipu Binacional com respaldo em cláusula do Tratado Brasil-Paraguai, objeto do Decreto Legislativo nº 23/73;
- (ii) o Parecer FC-27 do Consultor Geral da República (D.O.U. De 13/3/1990) reconhece a não incidência das contribuições à Cofins e ao PIS/Pasep sobre as operações realizadas diretamente à Itaipu;
- (iii) é evidente a não incidência das contribuições sobre as receitas originárias das operações financeiras contratadas por Itaipu, porquanto se exigidas atingirão diretamente a entidade binacional, onerando-se através do fenômeno da repercussão dos ônus financeiros dessas contribuições, o que a cláusula mencionada em (i) busca evitar, pois é cediço que nas operações de crédito, as instituições financeiras e demais pessoas jurídicas que emprestam seu capital a terceiros transferem para os tomadores dos empréstimos todos os gravames incidentes sobre os juros e as comissões recebidas; e
- (iv) as variações monetárias ativas (variações cambiais) decorrentes dos aludidos contratos não podem ser tributadas pela Cofins, pois aplica-se o princípio de que *o acessório segue o principal*.

A Terceira Turma da DRJ em Brasília - DF, à unanimidade, julgou procedente o lançamento em Acórdão DRJ/BSA nº 7.838 (fls. 423 a 428) assim ementado:

*“Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins*

*Período de apuração: 28/02/1999 a 30/11/2002*

*Ementa: Base de Cálculo*

*A base de cálculo da contribuição é o faturamento correspondente à receita bruta da pessoa jurídica, entendida com a totalidade das receitas auferidas, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.*

*Isenção*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

619 A

Processo nº : 10166.007875/2003-54  
Recurso nº : 125.513

*Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção. No caso, tanto o Tratado Brasil – Paraguai, quanto o Decreto Legislativo, não especificaram a contribuição social em referência como vedada à tributação.*

*Lançamento Procedente”.*

Inconformada, a interessada manejou o apelo voluntário de fls. 441 e seguintes, no qual, em apertada síntese, repisa seus argumentos de impugnação à autuação levada a efeito, com promoção de arrolamento de bens.

Este Colegiado, à unanimidade e em 12/4/2005, converteu em diligência o julgamento do apelo voluntário em comento para que a Fiscalização, conclusivamente, apurasse e informasse o seguinte (fls. 555/560):

*“Diante do exposto, voto no sentido de converter o presente julgamento em diligência para que a autoridade administrativa competente apure, conclusiva e detalhadamente, se:*

*(i) os numerários repassados, pela recorrente – com a necessária análise de sua escrita fiscal -, em face dos contratos financeiros firmados (contratos de mútuo de moeda – empréstimos ou financiamentos), efetivamente foram destinados de forma exclusiva para a construção, implantação e incorporação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itaipu; e,*

*(ii) em caso afirmativo, para que se recalcule o montante supostamente devido a título de COFINS, em face da necessária desoneração que deve ser observada a essas ‘receitas’ (isenção), o que também deverá se estender às respectivas variações cambiais delas provenientes.*

*Após efetivamente atendidos os quesitos acima, bem como elaborado o relatório final de diligência, conceda-se prazo hábil à recorrente para sobre o aludido expediente se manifestar, sem prejuízo dos esclarecimentos que entender a Fiscalização de utilizadade para o deslinde da presente contenda.”*

Intimada a prestar informações, a recorrente, em apertada síntese, observou que, em face da enorme quantidade de documentos que comprovam seu suposto direito, a diligência determinada deveria ser promovida pela Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, “*a fim de que ... viesse a ser realizada no estabelecimento da ITAIPU BINACIONAL ... .*” (fls. 565/605).

A Fiscalização, por seu turno e no Relatório de fls. 610 e seguintes, sustenta que a interessada não apresentou a documentação que demonstrasse seu direito, como expressamente requerido nestes autos.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

*Ex-204*

Processo nº : 10166.007875/2003-54

Recurso nº : 125.513

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA**

O recurso preenche os requisitos para sua admissibilidade, daí conhecermos do presente apelo.

Como relatado, trata-se da exigência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, referente aos períodos de apuração compreendidos entre os meses de fevereiro/1999 e novembro/2002 (fls. 13 a 16).

A Fiscalização, quando da autuação – confirmada pelo acórdão recorrido -, sustenta “... serem indevidas as exclusões da base de cálculo para a COFINS, feitas das Receitas de Financiamentos, Empréstimos e Repasses à Itaipu, Receitas de Variação Cambial Itaipu Binacional, por não se tratarem de vendas de materiais e equipamentos, bem assim da prestação de serviços decorrentes dessas operações, efetuadas diretamente à Itaipu Binacional, conforme estabelecido pela Lei n. 9.718/98 e no Ato Declaratório SRF n. 74/99. ...” (fl. 15).

Por seu turno, a recorrente argumenta que “os contratos de mútuo de moeda celebrados entre a ELETROBRÁS e ITAIPU BINACIONAL estão abrangidos pelo conceito de “operações” desoneradas de tributos e contribuições, de que trata a Cláusula XII do Tratado Brasil – Paraguai, estando, portanto, as receitas decorrentes desses contratos isentas da COFINS... .” (fl. 86).

A diligência determinada por este Colegiado, como relatado e em sessão de 12/4/2005, não foi realizada em razão dos ‘considerandos’ lançados, tanto pela recorrente, como pela Fiscalização.

A mim bastam tais documentos e as colocações neles – “considerandos” – apostas, para que meu convencimento se dê no sentido de determinar que tal diligência seja efetiva e conclusivamente realizada, nos moldes em que já requerida e nos exatos termos da Resolução nº 202-00.802, pois na esfera do processo administrativo o que se tem é a observação aos princípios da informalidade e da busca da verdade material<sup>1</sup>.

Assim sendo, voto novamente pela conversão do processo em diligência, para que a mesma se realize nos exatos termos do que já requerido às páginas 559/560 destes autos, mesmo que, para tanto, necessário se faça oficial e remeter os autos à Delegacia da Receita Federal que jurisdiciona o domicílio fiscal da ITAIPU BINACIONAL (DRF/Foz do Iguaçu).

Ao final, dê-se prazo razoável à recorrente para que, querendo, apresente manifestação quanto ao resultado da diligência ora determinada.

É como voto.

*Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2006.*

*DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA*

<sup>1</sup> “(...). Pela nossa parte entendemos que afronta o princípio da ampla defesa e da verdade material qualquer restrição ao exercício do direito à prova em função da fase do processo, desde que anterior à decisão final tomada na segunda instância.” (Princípios do processo administrativo e judicial tributário, Xavier, Alberto, Rio de Janeiro – Forense, 2005, págs. 158 a 161).